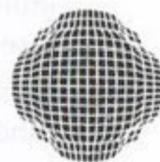


## 7

# Reconstruir Conhecimento



A metodologia científica não pode apenas discutir conhecimento. Precisa saber fazê-lo. Neste capítulo, apresentamos sugestões preliminares para estudantes que desejam reconstruir conhecimento. Como vimos, conhecimento não se copia. Temos agora outra razão muito forte para reconhecer isso: sendo a natureza dinamizada sobretudo por processos complexos não lineares, ela pode até dar a impressão superficial que se repete, mas, no fundo, é turbilhão incapaz de ficar quieto. Isso vale também para o conhecimento, cuja complexidade e incompletude ficaram claras na discussão anterior. Mesmo quando obrigamos alguém a imitar, este alguém, sendo sujeito, imita interpretativamente, ou seja, a seu modo culturalmente plantado. Essa marca tem sido por vezes mal usada, por exemplo, por plagiários de arte (plagiar, por exemplo, obra de *Picasso*) que sempre alegam não existir propriamente cópia. Fazer cópia fidedigna é, no fundo, também obra de arte! Vamos aqui usar de maneira adequada, no sentido reconstutivo do conhecimento, em particular a idéia de pesquisa como princípio educativo, que é a base mais pertinente da aprendizagem. Ademais, é mister saber evitar a contradição performativa de fazer metodologia científica sem fazer ciência, como ocorre quase sempre quando fazemos “métodos e técnicas”: passamos um ou dois semestres estudando métodos que nunca aplicamos. O pior é que isso é curricular: o currículo implica estudar os métodos de pesquisa, não fazer pesquisa. Focalizaremos apenas quatro momentos da reconstrução científica: trabalho científico, tese de pós-graduação, exercício de pesquisa e ensaio.

## 1 TRABALHO CIENTÍFICO

Aqui, temos em mente o trabalho científico que alunos de graduação poderiam – deveriam – fazer para aprender melhor e tornarem-se profissionais capazes de usar a pesquisa como processo permanente de renovação de sua competência, bem como qualquer “artigo” que queiramos fazer para publicar em revista ou apresentar em seminário. No ambiente inglês, chama-se de “*paper*”. Em sentido mais abrangente, aplicamos também a trabalho ou projeto “técnico”, como são aqueles elaborados para sugerir políticas, avaliar situações e processos, argumentar em favor de decisões, fundamentar inovações, e assim por diante. Pretende-se com ele mostrar a capacidade de dar conta de tema com satisfatória argumentação científica, de tal modo que possamos reconhecer nele a marca “científica”.

Sem pretender apresentar receitas, porque criatividade é seu contrário, podemos sistematizar trabalho científico em alguns passos logicamente ordenados. Começamos por conceber **tema**, que é diferente de temática. Tema indica problema circunscrito, do qual vemos o começo e o fim, sobretudo do tamanho de quem o quer tratar; não podemos assumir qualquer tema, por mais atraente que possa ser, pois sua viabilidade vem em primeiro lugar. Bom tema é o mais viável, sobretudo para iniciantes – usando exemplo, tema é a árvore e temática o bosque: é fundamental encontrar a árvore, de preferência aquela árvore que podemos tratar melhor, seja porque já lemos alguma coisa a seu respeito, discutimos algo em torno dela, temos dados sobre ela, sentimo-nos mais familiarizados com ela. Tema confuso leva a tratamento confuso e perda de tempo, tornando-se trágico descobrirmos depois que é melhor abandoná-lo.

Para aclarar ainda mais o tema e direcionar o esforço, formulamos **hipótese de trabalho**, que significa apontar para problema ou questão que queremos resolver ao tratar o tema. Diz onde queremos chegar, o que pretendemos mostrar, descobrir, testar. Trata-se de pergunta aberta, feita como subterfúgio de orientação durante o percurso. Não precisa ser procedimento reducionista, de teor positivista, como se fosse o caso “verificar hipóteses” e manejar dados como base inquestionável. Ao contrário, acena com suspeita aberta para dar conta de certo fenômeno, podendo, no percurso, ser confirmada a suspeita ou negada. A hipótese, com isso, define ainda melhor o tema, porque o prende a certa pergunta, permitindo, por exemplo, decidir o que ler, que dados buscar ou fazer, que teoria pode ser pertinente. Quando nos perdemos no trabalho, o problema, geralmente, é da hipótese malfeita ou mal definida, permitindo caminhos variados e mesmo contraditórios. Por exemplo, se é o caso ou não ler certo autor, podemos facilmente decidir se a hipótese for cristalina, bem como se já demos conta do tema ou não, também pode ser visualizado à luz da hipótese. Assim, hipótese é inventada para sugerir caminho e lançar luz sobre ele.

Hipótese não é apenas enunciado, mas, no fundo, *questionamento*, razão também por que não é o caso supor que o uso desse procedimento seja necessa-

riamente positivista. Pode ser, se implicar reducionismo extremo ao estilo da verificação empirista ou da objetividade. Podemos ressaltar na hipótese três fulcros principais: (i) é um pré-lançamento, um “chute” preliminar, seguindo algum “faro”, por isso essencialmente aberto e que pode, depois, em vez de confirmado, ser rejeitado; (ii) tem a finalidade de orientar o trabalho dentro de certo caminho que imaginamos promissor, permitindo também selecionar bibliografia, conceitos-chaves, procedimentos metodológicos; (iii) aponta para algum problema que gostaríamos de enfrentar, alguma pergunta que mereceria resposta, algum objetivo ainda não explorado. Nesse sentido, a hipótese representa apenas passo estratégico, truque de ordenamento do trabalho, abertura direcionada. Nela, não decidimos a tese, porque o principal vem a seguir, sobretudo com a argumentação capaz de sustentar ou rejeitar a hipótese, mas nela buscamos inspiração, orientação, perguntas pertinentes. A criatividade da tese começa aí.

Para poder “inventar” hipóteses interessantes, a primeira providência é ter alguma *leitura* sobre o assunto, permitindo-nos posicionar entre conceitos e polêmicas, perguntas e respostas. É impraticável e sobretudo arriscado sair chutando hipóteses de trabalho sem alguma noção do espaço teórico, porque podemos estar deixando-nos levar por aquilo que conseguimos ver no momento, não por aquilo que a discussão já coloca, superou, acentua. Ajuda também o olhar crítico e indagativo sobre a realidade, pois quem anda de olhos abertos certamente vê mais e melhor. Uma coisa é passar pela vida sem a perceber, outra é ficar sempre perguntando por ela, seja quando estamos estudando, seja quando estamos andando pela rua. Por fim, ajuda também a imaginação que, à falta de relevos, os inventa, por vezes demais, por vezes o suficiente para vermos melhor. A imaginação funciona tanto melhor, quanto maior for o interesse e mesmo a paixão pelo tema.

As coisas podem tornar-se mais transparentes com alguns exemplos:

a. digamos que alguém se interesse por estudar a pobreza da população; logo, vemos que não é tema, mas típica temática; pergunta-se qual pobreza, em que nível, que faceta, não toda e qualquer pobreza; daí, pode surgir a suspeita de que parte fundamental da pobreza é a dificuldade de inserir-se no mercado; com isso, estamos indo para certa direção que prioriza a relação material da pobreza e, dentro dessa relação material, a ligação com o mercado; podemos lançar a hipótese de que fator fundamental da pobreza é o desemprego e tentamos, então, construir caminho de pesquisa que nos leve até lá: mostrar que os pobres são tendencialmente mais desempregados, que ocupam empregos precários ou subempregos, que não possuem condições de pleitear bom emprego; todavia, essa direção já parece grande demais para trabalho de porte menor; de repente, reduzimos nossa hipótese a estudar apenas o desemprego aberto, tentando mostrar que os pobres são as vítimas mais comuns dele; fazendo isso, porém, podemos

descobrir outros horizontes também interessantes do problema, por exemplo, que a pobreza política é mais fatal que a pobreza material, porque, o que faz do pobre alguém realmente excluído é sobretudo a incapacidade de lutar por sua causa, não só a estreiteza do mercado de trabalho; essa idéia poderia levar a outra hipótese, abandonando a primeira ou redefinindo-a, desde que também fosse afinada para caminho operativo viável; queremos com isso dizer que é importante saber formular a hipótese, sobretudo que precisa significar problema interessante, atraente, intrigante, que nos mova a pesquisar também com algum entusiasmo, tanto quanto bem delimitado; ao querer estudar pobreza política, podemos descobrir que não há dados e que seria muito complicado fazer dados, razão pela qual será melhor estudar faceta mais quantitativa, por enquanto;

- b. tomemos a idéia de estudar o fracasso escolar dos alunos no ensino fundamental: lançamos como hipótese que devemos sobretudo à pobreza das famílias dos alunos, em particular à fome; não vamos estudar qualquer fracasso – há infinidade deles –, mas algo específico, para ver se de fato a fome tem essa influência e até que ponto; podemos descobrir, entre outras coisas, que tem influência, mas nem tanto, e que a aprendizagem precária dos alunos deve-se também e talvez sobretudo a outros fatores; já seria resultado interessante descobrir que fome é fator importante, mas nunca único e por vezes nem o mais decisivo; podemos deixar para próxima pesquisa ir atrás dos outros fatores que suspeitamos serem ainda mais fatais;
- c. tomemos algo mais polêmico: assistência como direito e como problema; estamos interessados em mostrar os dois lados, dos direitos, perante os quais assistência devemos incondicionalmente, e dos problemas, causados por assistências residuais e clientelistas; se pensamos que os dois lados são grandes demais, podemos escolher um, concedendo que, por enquanto, não vamos tratar o outro; ficando com assistência como problema, podemos propor a hipótese de que a assistência de estilo clientelista tende a coibir a cidadania, provocando dependência irreversível no pobre, que jamais consegue insurgir-se contra as injustiças de que é vítima; espera a solução precisamente dos que são sobretudo a causa de sua exclusão; daí, podemos chegar à conclusão de que assistência é política social muito importante, mas precisa coordenar-se com a cidadania, à qual em última instância deve servir; para afinar o tema, podemos, por exemplo, ficar apenas com as “cestas básicas”, e tentar mostrar que elas são muito mais interessantes para quem as faz do que para quem as recebe;
- c. tomemos algo mais teórico: digamos que estamos impressionados pelo fato de que as pessoas são normalmente medíocres, no sentido de que

fazem a vida inteira sempre a mesma coisa, girando em torno da mesma rotina; podemos chegar ao tema da sociedade como entidade que empurra as pessoas para a mediocridade, porque isso favorece a manutenção da ordem vigente; a hipótese de trabalho poderia ser a influência de normas e valores sobre o comportamento das pessoas e grupos, levando-os a se tornarem seres repetitivos e sancionando-os quando ocorrem transgressões; se isso nos parece grande demais, podemos afunilar para algum problema mais específico, por exemplo, tentando mostrar que uma das causas dos divórcios é a rotina do casal, para além de outros possíveis desentendimentos; podemos também acompanhar o dia-a-dia de algumas pessoas, para mostrar que a tendência avassaladora é repetir o mesmo dia todo dia; poderíamos tentar concluir que a sociedade precisa muito de gente criativa, mas prefere os medíocres, porque estes não lhe trazem problemas.

A seguinte fase do trabalho científico pode ser visualizada na necessidade de arranjar argumentação adequada para sustentar a promessa da hipótese. Trata-se de estudar **fundamentos teóricos disponíveis**, para podermos atingir nível explicativo, para além de meras descrições, acúmulo de autores e dados, arrolamento de idéias vindas de fora. Começamos estudando a bibliografia considerada pertinente, de modo sistemático e reconstrutivo. Não basta apenas repassar autores, para dizer o que foi visto em cada qual, mas é fundamental construir base teórica de caráter explicativo. A teoria é necessária para oferecer condições explicativas do fenômeno, trabalhando as razões de ser assim, e não de outra maneira. Já que não podemos, a rigor, verificar as hipóteses, torna-se tanto mais necessário fundamentar o que pretendemos dizer, primeiro, buscando apoio na literatura disponível, e, a seguir, tecendo montagem própria da argumentação. Ciência não se basta com simples descrições (como as coisas são), mas busca suas razões (por que são). Voltando a um dos exemplos: não basta descrever crianças com fome e que aprendem mal, pois é mister estabelecer, se possível, a relação entre os dois fenômenos, para saber se passar fome “explica” a má aprendizagem. A necessidade de fundamentação teórica vai, por certo, até a algum ponto, geralmente determinado pela premência do tempo: podemos ler, no extremo menor, apenas um ou outro autor, e no extremo maior, todos os que julgamos importantes. O mais correto, entretanto, seria *dar conta do tema*, ou seja, trabalhar o suficiente para que o tratamento tenha corpo científico satisfatório. Os limites serão sempre imprecisos, embora seja mais importante a qualidade do tratamento, do que sua quantidade. Não é recomendável estatuir número de páginas previamente a serem escritas, porque conduz à acomodação ou à redução, sendo mais fundamental o exercício de argumentação, que pode ganhar em graça, se for mais sucinto. *Saber argumentar* é, na verdade, o fator mais decisivo, porque une dois lados pertinentes no plano científico: dar conta da explicação vigente e mostrar capacidade de explicação relativamente autônoma. Não se trata de originalidade

à toda prova, porque isso não existe, mas do esforço de interpretação própria e que sempre inclui o sentido da politicidade do empreendimento. Porquanto, a ciência vive do cultivo de seus paradigmas de um lado, e, de outro, dos pesquisadores que os derrubam. Estes são, na prática, os mais importantes.

Dependendo do tema, a fase seguinte seria **coleta e produção de dados**, voltados para secundar a hipótese. Tratando-se de *paper*, freqüentemente basta-se com dados secundários (os já disponíveis) e por vezes permanece apenas em abordagem teórica, para sinalizar hipóteses alternativas de trabalho. Outros se fazem para apresentar dados próprios, sobretudo polêmicos, no sentido de obrigar as teorias vigentes a serem revistas ou abandonadas. Os dados empíricos não resolvem a hipótese, porque a indução não é capaz de tal façanha, mas corroboram-na, trazendo-lhe ademais o sabor de coisa concreta. É importante levar em conta que o dado é, ele mesmo, já produto teórico, porque, sendo indicador da realidade, indica a parte da realidade considerada importante em sua coleta e tratamento. Será mister evitar dois extremos: credulidade sobre o dado e fuga obsessiva, como se o dado já fosse recaída no empirismo. Tratando-se de dados qualitativos, será tanto mais cuidadosa sua devida formalização de teor não linear, permitindo a necessária abertura crítica para quem duvide deles ou os quer refazer.

Por fim, a fase conclusiva pode ser vista na **realização da hipótese**, fechando o percurso. Tendo definido tema e hipótese, montado base teórica explicativa e cercado de dados indicativos, podemos agora dizer se a promessa da hipótese se sustenta ou não. No exemplo do fracasso escolar, é possível descobrir que a hipótese é apenas em parte correta, porque haveria outros fatores que toquem a aprendizagem mais que a fome, com exceção, é claro, dos casos extremos. Não se trata da “conclusão” do trabalho, que seria apenas o lugar, sempre breve, para arrematar o esforço despendido, ressaltando sobretudo o achado mais fundamental. Trata-se de mostrar, com detalhe adequado, se o problema assumido no início pode ser resolvido e o tema considerado suficientemente tratado, o que se conseguiu mostrar e o que ficou ainda não solucionado, bem como outras pistas, se for o caso, que poderiam, em esforço ulterior, ter até melhor sucesso. Não buscamos, pois, resultados definitivos, demonstrações peremptórias, mas argumentações inteligentes que revelem capacidade explicativa, habilidade de tecer texto com profundidade, competência metodológica para ordenar tema e oferecer-lhe corpo elaborado.

Não dizemos aqui, ademais, que cada “pedaço” seja capítulo, porque, em determinadas circunstâncias, cada parte pode ser desdobrada em vários capítulos. Diz-se, entretanto, que todo trabalho científico precisa ser ordenado em capítulos, não sendo adequado fazer texto corrido ininterrupto, porque revela, ao lado de não saber ordenar texto, que não se apontam momentos mais e menos relevantes da discussão. Podemos desenhar, então, as seguintes partes logicamente concatenadas e que podem ser tantos ou mais capítulos:

<b>Introdução:</b> tema e hipótese	<b>Base explicativa:</b> a. <i>teórica</i> : estudo da bibliografia e elaboração teórica própria; b. <i>empírica</i> : produção e coleta de dados e devida interpretação;	<b>Realização da hipótese:</b> realizar a promessa da hipótese, mostrando se o caminho hipotético pode ou não ser mantido;	<b>Conclusão:</b> achado central.
------------------------------------	---	--	-----------------------------------

Sugerimos que a introdução conste apenas do enunciado do tema e da hipótese, com breve justificativa, tendo esta a finalidade de mostrar que se tem devida clareza da tarefa a ser feita. Pode caber numa página só, evitando-se fazer introduções que já são, no fundo, capítulo, ou que perambulam perdidamente para lá e para cá, ou que expressam reflexões metidas a “filosofia” barata. Serve apenas para dizer o que o texto quer resolver, com a maior clareza possível. A base explicativa pode conter vários capítulos. Não necessita, obrigatoriamente, de tratamento empírico, embora este possa sempre ser útil e indicativo. A realização da hipótese também pode abrigar mais de um capítulo e serve para mostrar que o autor se equipou adequadamente para dar conta do tema, estabelecendo as devidas relações e chegando aos resultados cabíveis no contexto de sua argumentação. A conclusão não deve ultrapassar uma página e mostra sobretudo o achado mais central do trabalho.

Como ciência é sempre exercício de formalização, todo *paper* precisa corresponder a alguma formatação. No mínimo, precisa seguir passos lógicos, como primeiro ter tema, depois meter-se a tratá-lo. Entretanto, o que melhor ocorre em trabalho científico é o exercício de argumentação, que, para ser criativo, precisa de alguma liberdade. É nesse sentido que não recomendamos, por exemplo, estatuir número de páginas, porque a referência mais fundamental é a necessidade de argumentar, não o tamanho do texto. Embora seja sempre preferível a argumentação excelente em espaço menor possível, porque também incita mais a sua leitura, é preciso também respeitar o jeito de cada um. Há autores mais e menos prolixos, como há áreas em que escrever muito é mau sinal (matemática, engenharia), e outras em que escrever pouco é fugir de argumentar (ciências sociais). Como toda instituição, a ciência também pende para o discurso repetitivo, quando presa a certo paradigma. A maioria dos trabalhos científicos é mais reprodutiva que criativa. Todavia, o outro lado não é menos vibrante: se a ciência se tornou o motor principal das inovações de nossa era, foi porque sempre surgem talentos e grupos capazes de olhar mais longe e pelo avesso. Isso geralmente começa pela capacidade de modular hipóteses surpreendentes, novas, iconoclastas.

## 2 TESE DE PÓS-GRADUAÇÃO

Referimo-nos a teses de pós-graduação em sentido lato e estrito, que se colocam dois objetivos, por vezes pouco compatíveis: fazer ciência e obter aprovação da academia. As teses são sobretudo ritos de passagem, geralmente predominando o lado ritualista sobre a criatividade. Como regra, a tese é feita sob os olhos de “orientador”, que sempre tem a palavra final para efeitos de aprovação. Papel principal deste é zelar pelo andamento do trabalho do orientando em termos de cientificidade, mas, como membro da instituição, também zela pelo paradigma vigente, que concede a aprovação final. A convivência entre orientador e orientando é claramente processo dialético. Num lado, coloca-se a expectativa de que, tratando de processo educativo e de reconstrução do conhecimento (pesquisa como princípio científico e educativo), ocorra a orientação que culmine na autonomia do orientando, motivando sua emancipação. No outro, orientar também é conduzir, e por mais que o orientador seja democrático e respeitoso, o orientando não pode tirar os olhos dele. Por vezes, o jogo de poder comparece com alguma força, podendo, em casos mais extremos, marcar o campo de batalha profundamente. A liberdade do orientando virá mais propriamente depois, quando, obtida a aprovação, procura ser mestre, não apenas discípulo. Nesse sentido, costumamos supervalorizar as teses, como se representassem os momentos mais decisivos de nossas vidas, quando são apenas rito de passagem. Melhor que encrencar no caminho é passar por ele, jogar a tese fora e declarar independência.

Primeiro problema da tese é forjar **projeto de tese**, que, em alguns mestrados e doutorados, já se tornou o critério central de seleção, com muito boas razões. É o “embrião” da tese: por menor que seja, deve conter todas as suas promessas. De um projeto espera-se geralmente o seguinte:

- delimitação do objeto* ou do tema, com clareza exemplar; precisa mostrar que o candidato sabe com desenvoltura inequívoca o que pretende fazer; tratando-se de candidatos neófitos, o esforço pode ser hercúleo, sendo crucial evitar a tentação por grandes temas, modismos confusos, tiradas homéricas; a boa medida é tema do tamanho do próprio candidato, além de implicar visível entusiasmo;
- elaboração da hipótese de trabalho*, que direcione o roteiro a ser perseguido na confecção da tese; deve ficar claro aonde queremos chegar, que proposta queremos defender, que inovação explorar, que teorias estão em jogo, que polêmicas vamos enfrentar e que conclusões imaginamos obter;
- alguma noção da explicação teórica*, sobretudo revisão bibliográfica que permita perceber que conhecemos o assunto razoavelmente, sabemos construir chão explicativo, manejamos os conceitos-chaves com alguma virtude, burilamos categorias centrais com desenvoltura; não se

trata de percorrer todos os autores, todos os conceitos, mas aclarar o que é chave para o desenvolvimento da tese;

- d. *alguma noção metodológica*, em vários sentidos: (i) organização do trabalho e seu formato, bem como cronograma previsto; (ii) dados que pretendemos usar, produzir, analisar, e respectivos métodos; (iii) tipo de abordagem metodológica (paradigma) que revele a capacidade de tratarmos cientificamente o tema, pelo menos como intenção; (iv) razões que nos levam, como candidatos, a pensar que a proposta é científica, também em termos de alguma originalidade;
- e. *resultados esperados, ou realização da hipótese*, como colheita que poderíamos fazer depois de plantar teoria e método.

Não é projeto de tese a simples promessa do que imaginamos tratar ou mera declaração de intenções. Também não ajuda apresentarmos vastas introduções e considerações gerais, rodeando assunto que já por isso é visivelmente vago. A virtude maior do projeto é mostrar capacidade de delimitação e definição de conceitos e métodos. Como se usa dizer: “curto e grosso”.

Superado o rito do projeto de tese, vem a tese. Como fazer tese é parto geralmente doloroso, mas, sabendo “levar”, pode tornar-se aventura interessante e mesmo divertida. Para começar, é recomendável encontrar *modus vivendi* em termos de orientação, para que não seja nem demais, nem de menos, caminhe produtivamente para o bem de ambos, orientador e orientando, não se perca o ritmo e o tempo, já que, em muitos casos, existe prazo para defender ou terminar. Boa idéia é não pretender “converter” o orientador ou “ensinar o padre-nosso ao vigário”, mas aturá-lo durante o rito, para depois livrar-se dele. Havendo convivência não problemática, é possível até mesmo defender tese dotada de liberdade de expressão, contrária às crenças teóricas do orientador, mas não é o caso mais comum. Em seguida, será o caso retomar os itens básicos do projeto, um a um, o que fazemos aqui sucintamente, a partir da introdução, que deve ser sempre sucinta e incisiva.

Dois desafios são essenciais na *introdução*: primeiro, delimitar o **tema** ou **objeto** da pesquisa, fixando-o definitivamente, levando-se em conta o orientador e o que os membros da banca de defesa do projeto disseram. Mudar tudo de novo ou reinventar a roda só faz perder tempo e passa a idéia de pouco-caso ou a sensação de estar perdido. É preciso ter em mente que, sem esse acerto, não há o que começar. Em seguida, é mister delimitar a **hipótese de trabalho**, ou, quando forem várias, seu contexto e hierarquia. É sempre preferível hipótese única, límpida, transparente. Clareza nesses dois passos significa meio caminho andado, também porque determinam a bibliografia central, dados que teremos de manusear, conceitos-chaves do trabalho em sua totalidade. A tese só “nasce”, tendo resolvido esse desafio duplo. Preferimos usar a “introdução” para resolver esses dois desafios, porque tentamos evitar “introduções” que vagueiam para lá e para

cá e acabam desnecessariamente prolixas. Além de ser sucinta – algumas páginas apenas –, precisa ser incisiva, ou seja, “matar” o problema do tema e da hipótese. Podemos acrescentar algumas palavras de “justificação”, mas não é o caso de fazer capítulo para justificar o óbvio, ou seja, que pretendemos fazer a tese e que esta é importante. Encontramos em muitas teses extensas páginas de justificação pará inventar um “objetivo” central e mais um leque de outros secundários, dentro de ritualismo já apenas concessivo. Se o que chamamos de justificativa é levado a sério, confunde-se com o referencial teórico que vem a seguir; se for feito apenas para “justificar” o propósito da tese, ensaia obviedade desnecessária. Ainda, se tema e hipótese estiverem bem delimitados, a questão dos “objetivos” está resolvida, com todas as suas possíveis hierarquias e séquitos.

Quanto à questão da **proposta explicativa**, o repto fundamental é construir a capacidade de argumentar da melhor maneira possível, cercando o tema por todos os lados, de tal sorte que resulte seu tratamento suficiente e adequado. Alguns pontos são cruciais:

- a. acertar os *conceitos-chaves*; toda tese usa inúmeros conceitos, mas define apenas os centrais, ou seja, aqueles que representam a coluna vertebral do trabalho, sempre insinuados e inspirados pela hipótese; por exemplo, se um dos conceitos-chaves é “cidadania”, não pode haver dúvida sobre sua definição e uso na tese; seria desastroso utilizar tais conceitos com variedade de conteúdos no decorrer da tese, ou mesmo com contradições lógicas, revelando dificuldade de manejar relações abstratas e suas concatenações lógicas;
- b. acertar a *literatura* considerada central e outra considerada secundária; primeira providência é não restringir-se a simples “revisão bibliográfica”, como se bastasse apenas arrolar e indicar autores, fazendo deles mais ou menos coleção justaposta; será o caso enfrentar os autores e teorias principais, partindo de dentro, em sentido precisamente desconstrutivo, ou seja, é fundamental desmanchar a trama teórica em questão, olhar por dentro seus argumentos, compreender a intimidade de sua estruturação lógica e sistemática, também para aprender ainda mais deles; os limites da bibliografia, tanto principal, como secundária, são arbitrários no final das contas, porque é impossível dar conta de tudo, sobretudo quando o tema já tem longa história acadêmica; o mais prático é chegar a acordo com o orientador, de um lado, e, de outro, conceder no texto que se optou por tais e tais autores, deixando de fora outros que também seriam importantes; o critério mais crucial será não deixar de fora referências consideradas indispensáveis, porque revelam ignorância ou despreparo no assunto; ademais, também é fundamental o critério da desconstrução meticulosa, sobretudo no sentido de que é preferível estudar menos autores e teorias,

desde que com acuidade inequívoca; o conhecimento geralmente prefere a imersão vertical ao tateamento horizontalizado mais superficial;

- c. acertar o *espaço teórico* a ser palmilhado, com respectivas polêmicas; toda hipótese contém algum desafio e, sendo criativa, também busca questionar; nesse sentido, é fundamental aclarar a interlocução que se pretende elaborar, para que não transpareça que o manejo de autores e teorias se dá ao léu ou misturando coisas pouco próximas; com isso, damos dois passos importantes: desenhamos, de uma parte, o contexto teórico da tese, onde se aloca no mundo acadêmico, em que fluxo de idéias e argumentos se insere, e, de outra, o que o autor propõe como reconstrução própria, dentro da regra: lemos autores para nos tornarmos autores; assim, à desconstrução teórica segue a reconstrução, na qual deve aparecer a capacidade de contribuir para o tema com alguma originalidade;
- d. acertar a *organização* do andamento da argumentação, em particular em termos de capítulos e subcapítulos, que, em seu fluxo, devem retratar a evolução harmoniosa das idéias, à luz da hipótese; recomendamos evitar repetições demasiadas, insistências cansativas, considerações intermináveis, prolixas, para ir direto ao assunto, de tal modo que cada passo seja passo em frente; trata-se, pois, de dupla “amarracão”: amarrar a explicação teórica, por conta de sua coerência e consistência, e amarrar a fluidez do texto;
- e. mostrar alguma *autonomia* na argumentação; não cabe citar demais, esconder-se atrás dos autores, fugir dos confrontos polêmicos, de tal sorte que a tese seria visão mais de “porta-voz” do que de alguém que busca tornar-se “mestre”; não cabe, por outra, originalidade forçada, sobretudo em trabalho inicial, ou tiroteio a esmo, porque isso apenas expõe ainda mais as fragilidades do autor; todavia, cabe sempre o cuidado da argumentação meticulosa, bem desdobrada, sistemática, contribuindo para tanto também a retórica, no bom sentido; embora nas teses a politicidade seja sempre reprimida, por conta dos ritos e paradigmas, aqui temos algum raio de ação para que apareça pelo menos nas entrelinhas a vibração de sujeito capaz de proposta própria.

Passando para a **questão metodológica**, é possível fazer tese apenas teórica, cujos “dados” sejam nada mais que as próprias teorias e autores. Alguns chamariam de “pesquisa bibliográfica” ou “pesquisa de idéias”. Por exemplo, alguém poderia fazer tese sobre a maiêutica de Sócrates e sua atualidade nas teorias pós-modernas da aprendizagem. Indicaria como hipótese de trabalho a importância do esforço reconstrutivo político, hoje retomado também pela Biologia e pesquisas similares. Concentrar-se-ia, primeiro, no entendimento da maiêutica como tal, refazendo a discussão em torno dela. Depois, buscaria reencontrá-la nas

teorias pós-modernas, ou em algumas delas. Como resultado esperado, seria possível reforçar os argumentos em favor da politicidade da aprendizagem. Entretanto, geralmente a academia prefere teses que também manuseiem dados em sentido formal ou se refiram a práticas observáveis e/ou manipuláveis, de tal sorte que o candidato, ao lado da versatilidade teórica, precisa demonstrar a habilidade fatural. Algumas teses incluem produção primária de dados, por vezes com grande aparato estatístico. Os dados não precisam ser empíricos, porque podem ser discursos, textos, depoimentos, representações sociais. Uma “análise de discurso” pode ser tão complexa e minuciosa como produzir dados empíricos dentro de amostras controladas, a exemplo do que o antropólogo faz com mitos. Como a tese geralmente é apenas rito de passagem, é prudente levarmos em conta:

- a. só fazer dados primários, quando não se encontram dados secundários; a tarefa de produzir dados originais pode representar muito maior esforço do que imaginamos a princípio, porque geralmente é poço sem fundo; uma coisa puxa a outra e nunca mais acabamos, além do trabalho braçal de ordenar e formalizar os dados;
- b. se a decisão é fazer dados próprios, cabe sempre, olhando para a hipótese, preferir que método melhor corresponderia para produzir os dados requeridos e contribuir para o estilo de explicação em jogo; cada método tem vantagens e desvantagens, também os qualitativos, e, muitas vezes, pode ser o caso mesclar situações, por exemplo: produzir dados qualitativos com respeito a pequeno grupo pesquisado, de um lado, e apelar, quanto a dados secundários de estilo mais quantitativo, para os já existentes;
- c. fator arriscado é sempre o tempo regulamentar, algo que costuma agravar-se com pesquisas qualitativas, porque dependem muito das fontes dos dados, geralmente pequeno grupo de pessoas, ou associações, que nem sempre estão disponíveis ou que exigem esforços repetidos de coleta e recoleta; introduzindo ainda o método de conviver com o grupo por algum tempo, podemos ter a surpresa de que o amadurecimento da convivência toma como regra mais tempo do que imaginamos; o tempo da tese já terminou e podemos ainda estar na metade do processo; ao contrário do que se fantasia por vezes, o manuseio de dados qualitativos é mais complexo e demorado;
- d. dados empíricos não garantem qualquer verificação da tese, como vimos, mas podem contribuir muito com a argumentação, além de poderem transmitir alguma indicação da prática; para cada caso, é mister ter consciência do que podemos e não podemos dizer, evitando sempre forçar os dados a dizerem o que gostaríamos que dissessem; como regra, os dados apenas “ilustram” a argumentação teórica, permitindo acompanhar melhor seus contornos dinâmicos; é comum em pesquisas qualitativas o abuso de depoimentos, bem como a tentação

de generalizar com base em alguns casos; na pesquisa quantitativa, o abuso mais comum é reduzir a exuberância da realidade ao mais mensurável;

- e. não ajuda a compreensão da tese abarrotá-la de números e tabelas, sobretudo porque a função do dado é qualificar ainda mais a análise; esta é, pois, a razão de ser, e nisso pode existir grande criatividade, quando sabemos sacar de dados, por vezes ralos, ilações interessantes, lampejos surpreendentes, conotações inspiradas; a diferença entre um bom analista e um mau é que o primeiro é capaz de escrever um livro partindo de um dado apenas, e o segundo não vê nada nem olhando para o IBGE inteiro;
- f. como nenhum dado fala por si, mas pela “boca” da teoria nele implicada, é preciso sempre manter claro o vínculo da base empírica com a teoria em jogo; esse será o critério fundamental para selecionarmos dados primários ou secundários, para não se cair em tiroteio paralelo ou totalmente lateral; nesse sentido, nunca é mais importante a acumulação de dados do que sua pertinência teórica; bons analistas saem-se bem com poucos dados, enquanto outros precisam esconder-se atrás deles;
- g. regra essencial é manejar, produzir e interpretar os dados de tal maneira que sempre possamos refazer por parte de quem duvide; por exemplo, levar em conta a subjetividade, por vezes a relação mais fundamental de fenômenos qualitativos, não é fazer pesquisa subjetivista, texto pessoal, privado, mas formalizar a subjetividade com maior flexibilidade, de tal modo que seu tratamento não a elimine; afinal, o que é pura veleidade não interessa à ciência, porque não permite ser questionada; esse critério de cientificidade precisa estar sempre claro, de sorte que o caminho para a profundidade das coisas possa ser percorrido também por outros pesquisadores que desejam fazer o mesmo percurso ou duvidem de sua consistência;
- h. qualquer dado empírico pode ser facilmente ridicularizado, porque estabelece limites estanques para realidades complexas; isso pode ocorrer até com coisas que temos por óbvias, como seria a divisão de sexo em duas categorias: sempre vai aparecer alguém que diga ser isso também estanque, já que há indivíduos que se alocam melhor no meio e de forma menos distinta; tomar – outro exemplo – anos de estudo como qualidade educativa é muito boa vontade, porque a acumulação de anos pode também se correlacionar com ignorância crescente ou perder sua efetividade no tempo: quem tem três anos de estudo, depois de 30 anos sem estudar, provavelmente já é analfabeto de novo; por isso, é errôneo forçar os dados, querendo sacar deles o que não podem dar;

- i. se bem feitos e bem utilizados, os dados enriquecem a análise consideravelmente; se pretendemos mostrar que a fome é fator importante como obstáculo à aprendizagem, o teste que compara crianças pobres mas bem nutridas e outras mal nutridas durante um semestre pode trazer à luz referências muito interessantes, ainda que, não sendo possível controlar tais fatores até ao fim, possamos estar fazendo atribuições pouco sólidas.

Entretanto, essa não é questão metodológica central. Usando a divisão corrente – embora muito duvidosa – de trabalho entre “métodos e técnicas” e “metodologia científica”, o que fizemos anteriormente está no campo dos “métodos e técnicas”. A questão mais comprometedorá relaciona-se com a **cientificidade da tese**, estilo de argumentação, coerência categorial, condição explicativa. Essa questão pode estar embutida na base teórica: se for o caso construir explicação de estilo dialético, podemos, numa tacada só, definir também o que entendemos por tal proposta também em sentido metodológico. Podemos, porém, também reservar capítulo *ad hoc* para deixar as coisas tanto mais claras. Ademais, nem sempre se trata de escancarar declarações metodológicas, mas de, implicitamente, deixar claro que tipo de paradigma explicativo está em jogo e onde o autor se aloca. No mínimo, é fundamental evitar contradições performativas gritantes, como declarar-se dialético e seguir caminho tendencialmente positivista, ou dizer-se marxista sem devida fundamentação teórico-metodológica, ou abusar de bases empíricas apenas ilustrativas, ou de forçar pesquisas qualitativas visivelmente insustentáveis. É fato que autores consolidados fizeram tanto boa teoria, quanto foram capazes de elucidar seu método. No fundo, é algo esperado: quem é capaz de tecer explicações bem argumentadas deve poder decifrar o como faz isso, ou seja, a metodologia.

Muitas vezes, aparecem declarações soltas ou apressadas em torno da metodologia, prometendo-se o que depois não ocorre. Há textos que se dizem dialéticos, mas que, se espremidos, não indicam onde estaria a dialética, ou se dizem comprometidos com as causas populares, mas, olhando mais de perto, são tão malfeitos que mais atrapalham do que ajudam tais propósitos. Outras vezes, aparecem teses que abandonam a preocupação metodológica, apostando em certa obviedade do desenvolvimento do tema, o que geralmente denota certo positivismo. Certos programas de pós-graduação esperam dos candidatos nada mais que a execução formalista de passos acadêmicos, pouco interessando a qualidade teórica e metodológica. Apuro gramatical ou formato tipográfico pode até se tornar mais relevante que a argumentação, ainda que fosse sempre melhor arrumar bem a ambos os desafios. A experiência mostra que o caminho mais rápido para a mediocridade é a despreocupação metodológica, porque está próxima da noção trivializada de ciência. Aludindo a exemplo que se tornou notório: *Foucault* – hoje muito em voga –, quando falava de “arqueologia do saber”, referia-se não só a seu intento explicativo, mas sobretudo a sua base epistemológica: indicava a impor-

tância de apanhar o fenômeno lá embaixo, onde talvez compareça mais desprevenido – foi assim que chegou à conclusão de que, lá embaixo, o saber identifica-se com o poder, muito mais do que com a verdade.

Algo similar podemos dizer, por exemplo, da discussão da interdisciplinaridade. Muitos autores a colocam de modo externo, como exigência da convivência de muitas disciplinas num espaço só. Facilmente, chegam à interdisciplinaridade por acumulação. Olhar mais metodológico colocaria o problema do ponto de vista epistemológico em primeiro lugar: a interdisciplinaridade é necessária por conta da complexidade da realidade, ou seja, porque explicação mais adequada a exige. Não se faz por acumulação, mas pela via da não-linearidade e da emergência. Com respeito à tese, geralmente aceitamos que a metodologia está implícita no referencial teórico, o que é certo, pelo menos até certo ponto. Se a tese usa com alguma insistência *Habermas*, significa que, além de sua teoria, maneja-se também seu método, embora isso esteja longe de significar subserviência. Contudo, como a tese é também exercício acadêmico, precisa ir além do implícito e revelar melhor sua implicação metodológica. É preciso lembrar que a cientificidade se refere mais que tudo a método. Nesse sentido, o poder explicativo da teoria deve-se, em grande medida, à qualidade metodológica, que podemos visualizar em tópicos tais como:

- a. razões por que certo tipo de argumentação seria mais adequado que outro;
- b. limites e potencialidades de certo modo de argumentar, bem como o que é, afinal, argumentar;
- c. que tipo de tratamento metodológico garante melhor a consistência teórica da tese;
- d. papel dos dados e fatos na teoria;
- e. razões da preferência por dados qualitativos ou quantitativos, ou outra estratégia;
- f. apostas em paradigmas, distanciamento deles, aproximações, e sentido da autonomia própria;
- g. sistematicidade conceitual, ao lado da maleabilidade dialética para dar conta da complexidade não linear;
- h. poder de questionamento e sobretudo de autoquestionamento;
- i. sensibilidade sempre à flor da pele em termos dos limites do conhecimento, ao lado da aposta que nele fazemos.

Quanto à **realização da hipótese**, representa o lugar onde queríamos chegar com êxito. A hipótese será confirmada, ou melhor, corroborada, ou rejeitada (abandonada ou revista em parte). Se a idéia perseguida foi mostrar que a pobreza política é mais grave que a material, sem dicotomia entre ambas, nesta parte é o momento de acertar as contas. Tendo à mão adequada fundamentação

teórica e possivelmente base empírica sugestiva e rica, podemos alegar com alguma margem de segurança – sempre discutível – o que se previu no início de forma apenas provisória. Uma hipótese bem realizada continua hipotética, mas tem agora a vantagem de dispor de argumentação bem tecida a seu favor. Essa argumentação permite tanto ver alguma consistência nela, quanto continuar questionando com base em outros ângulos teóricos ou empíricos. Pode tomar um ou mais capítulos, e tem o sentido metafórico da boa colheita, após bem plantar. No mundo acadêmico inglês, usamos o termo *findings*, ou os achados da tese, onde conseguimos chegar, sempre esperando alguma originalidade. Por isso, toda tese interessante é no fundo polêmica, ainda que, sendo rito de passagem, não valha a pena polemizar à-toa, querendo, por exemplo, derrubar a academia, pois o que acaba sendo derrubado é a tese. Mesmo assim, é possível polemizar em torno de idéias interessantes, sobretudo quando temos a sorte de encontrar orientador que aprecie a dinâmica dialética do conhecimento.

Nessa parte, mostramos como os dados fecham com a respectiva teoria, seguindo o caminho previsto pela hipótese. Ocorre por vezes que a hipótese é “confirmada” de maneira forçada, mesmo não tendo sido calçada de modo suficiente pela teoria ou pela empiria. Nem sempre conseguimos encontrar ou fazer dados sustentáveis, bem como nem sempre a urdidura teórica é suficiente, o que pode levar a fechar o trabalho de qualquer maneira. Uma das qualidades centrais da tese é saber orquestrar os componentes do caminho percorrido, de modo que realizem convergência consistente nessa parte. Aqui, os pedaços (capítulos) precisam fazer um todo, não por mera agregação, mas pela sistematicidade categorial, argumentação cuidadosa e bem tramada, contribuição positiva de dados e fatos pertinentes, amarração teórica e metodológica. O que fizemos mal antes, por sua vez, repercute agora de modo negativo, deixando à mostra seus vazios, inconsistências e mesmo contradições.

Por fim, vem a **conclusão**, algo como uma página ou pouco mais, para resumir – curto e grosso – o que amealhamos de mais central. Trata-se da mensagem final, que tem o impacto desejado se for, ao mesmo tempo, breve e forte. Para a tese estar completa, precisa ainda incluir a bibliografia utilizada (apenas a utilizada) e possíveis anexos, sobretudo com dados mais extensos, tabelas de referência, depoimentos maiores, e assim por diante. Fazem parte ainda de tese bem comportada listagem das abreviações que aparecem no texto, das tabelas e quadros, índice analítico (de autores e conceitos importantes), bem como outras indicações legalmente exigidas, que não são urgidas aqui, não porque não sejam pertinentes, mas porque nosso interesse no momento é de outra ordem. Há regras estabelecidas de como citar, usar livros ou artigos de revistas, como formatar a página e o texto de modo geral, como desenhar títulos, capítulos, gráficos e quadros, que certamente enfeitam os ritos, mas dificilmente os fazem mais qualitativos.

1. <b>Projeto de Tese:</b> (a) definição do tema (objeto) e hipótese de trabalho; (b) avanço do referencial teórico; (c) possível base empírica ou fatural; (d) alicerces metodológicos; (e) resultados esperados ou realização da hipótese; (f) conclusão.
2. <b>Introdução:</b> (a) delimitação do tema ou objeto; (b) delimitação da hipótese de trabalho.
3. <b>Proposta explicativa ou referencial teórico:</b> (a) conceitos-chaves; (b) pesquisa da literatura pertinente; (c) espaço teórico a ser reconstruído; (d) organização da argumentação; (e) demonstração da autonomia científica.
4. <b>Metodologia:</b> (a) base empírica ou fatural; (b) cientificidade fundamentada.
5. <b>Realização da hipótese:</b> (a) corroboração; (b) resultados cruciais.
6. <b>Conclusão:</b> uma página para fechar.

### 3 EXERCÍCIO PRELIMINAR DE PESQUISA

Não pretendemos aqui “ensinar” a fazer pesquisa, mas discutir implicações metodológicas do processo de produção de conhecimento científico, tendo como base processo de pesquisa. Na verdade, todo processo de reconstrução do conhecimento supõe pesquisa, e, nesse sentido, é a alma de todo trabalho científico, bem como da tese de pós-graduação. Ressaltamos aqui a necessidade de exercitar a pesquisa, por várias razões advindas de estarmos imersos na sociedade do conhecimento, na qual as oportunidades são feitas, como regra, por meio da capacidade de reconstruir conhecimento, para além de apenas reproduzi-lo ou repassá-lo, também em termos de profissionalização. Um dos enganos mais comprometedores é defender a disparidade entre quem estuda para produzir conhecimento e quem estuda para exercer profissão. Certamente, há diferenças: no primeiro caso, há o pesquisador profissional, no segundo, o profissional pesquisador. Não há qualquer dicotomia, apenas questão de acentuação. A prática sozinha já não é hoje suficiente para garantir a atualização profissional, sendo necessário continuar estudando sempre. Por isso, fala-se já do “direito de estudar sempre”, seja para manter-se vivo no mercado de trabalho, seja, sobretudo, para dar conta da cidadania capaz de fazer e refazer história própria. O que de melhor pode ocorrer aos estudantes não é entupir-se de aulas que apenas repassam “café velho”, mas aprender a reconstruir conhecimento com mão própria, sobretudo com o objetivo de saber desconstruir a dinâmica de conhecimento e reconstruir com autonomia, tendo em vista seus ideais de vida.

Referimo-nos, aqui, à pesquisa como princípio educativo principalmente, necessária para a cidadania crítica e criativa, sem qualquer dicotomia com a pesquisa mais sofisticada, mas geralmente conduzida em ambientes mais restritos.

Referimo-nos, pois, à pesquisa que é parte da educação permanente e tem como definição mínima **questionamento reconstutivo**, como já elucidamos anteriormente. Dizemos apenas exercício, porque nosso propósito é armar introdução sugestiva que permita delimitar e viabilizar a tarefa, no sentido das aberturas possíveis em termos de questionamento reconstutivo. Dividimo-la em duas partes: na primeira, tratamos de exercícios mais simples, tipicamente não formais, que auxiliam a usar a pesquisa sem maior rigidez, mas, ainda assim, com grande proveito; na segunda, traçamos exemplos mais formalizados.

O primeiro sentido da pesquisa é **saber estudar ou aprender** de maneira permanente, colocando à disposição da cidadania (minha e coletiva) o melhor conhecimento possível. Relembrando *Paulo Freire*, trata-se de todo dia “ler” a realidade com olhos críticos, de tal sorte que sempre nos recordemos de nos apresentar como sujeitos capazes de história própria. Tomemos a importância de ler. De modo geral, lemos muito pouco e, quando lemos, lemos por cima. Ler direito supõe: (i) desconstruir o livro metodologicamente, de modo que salte à luz a tessitura da argumentação, ao seguir o fio da meada meteticulosamente; (ii) confrontar-se com a proposta do autor, tendo em vista a finalidade de ler autor, para tornar-se autor; (iii) reconstruir o livro dentro da capacidade própria de interpretar; (iv) elaborar algum texto em torno do livro, para ver se de fato compreendemos. Não se trata de “fichar livro”, como se usa na universidade, atividade tipicamente reprodutiva. Certamente, há livros que merecem tratamento sério e outros que não. Estamos dizendo que, nos casos de livros-chaves e de qualidade, é fundamental aproveitar a oportunidade de fazer o melhor questionamento reconstutivo possível, com o objetivo de estudar e aprender. Nesse sentido, estudar e aprender são atividades reconstutivas políticas, não simplesmente reprodutivas, ao estilo do “vestibular”.

Outras dimensões desse tipo de pesquisa, para além da leitura sistemática e assídua, podem ser:

- acompanhamento freqüente de certo assunto de interesse*, de tal sorte que possamos discorrer sobre ele com alguma propriedade, coletando inclusive material escrito, vídeos, mensagens virtuais etc.; por exemplo, podemos acompanhar de perto a questão dos adolescentes infratores, detidos em entidades específicas para reeducação; ao seguir essa rota, podemos, cada vez mais, saber discutir o assunto, perscrutar causas e efeitos, avaliar políticas, tornando-se tudo ainda mais claro se escrevemos algum texto sobre o assunto; esse procedimento facilmente mostra que, para compreender melhor a questão, é preciso reconstruí-la com mão própria;
- organização de dados sobre algum assunto considerado importante*, por exemplo, dados sobre pobreza no país; depois de certo tempo, é viável deter massa expressiva de indicações interessantes sobre o assunto, observando sua disparidade ou possível convergência, imissão ide-

ológica, variedade de autores e instituições, choque entre expressões oficiais e de outras entidades, comparações sugestivas que retratam os disparates da má distribuição de renda, e assim por diante; tais dados podem também ser buscados na Internet, bem como na mídia, ainda que esta possa fazer dele uso duvidoso facilmente; o importante é, de um lado, saber organizar tais dados, para não nos perdermos no acúmulo, e, de outro, saber analisar, usando para tanto o exercício de textos elaborados com mão própria;

- c. *participação de grupo de discussão*, real ou virtual, de sorte que seja possível estar sempre sob o desafio reconstrutivo, com a vantagem aqui do trabalho de equipe; podemos notar desde logo que esse tipo de trabalho só rende frutos se cada membro souber minimamente pesquisar e elaborar; caso contrário, cai no vazio, porque se torna repetitivo e superficial; em grupo, é possível perseguir um ou mais temas, com profundidade convincente, podendo-se ainda agregar a virtude interdisciplinar, sempre muito desejável;
- d. *participação de eventos acadêmicos*, sobretudo quando temos já certa temática de interesse, por exemplo, educação de adultos; em vez de ir a qualquer evento, ou de estar presente apenas para ouvir, é possível contribuir com alguma proposta, pelo menos com intervenções dotadas de argumentação interna; nesses eventos, podemos obter contatos promissores, reais ou virtuais, que nos permitem avançar ainda mais e participar de rede nacional ou mesmo internacional de estudo e aprendizagem;
- e. *organização de eventos de pesquisa*, de grande ou pequeno porte, para ventilar questões de importância geral ou para grupo específico, permitindo participar também da gestão do conhecimento;
- f. *participação em processos de produção e publicação de textos de cunho científico*, em revista, editora, jornal, de sorte que seja possível expor-se à crítica pública, realizando ainda melhor a idéia do questionamento reconstrutivo.

Em seguida, tomamos pesquisa em sentido mais formal e arquitetamos dois casos ilustrativos, apenas para exemplificar. Num *primeiro* momento, imaginamos pesquisar a experiência de entidade pública destinada a adolescentes infratores, sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Podemos supor que o **tema** seja o desafio de recuperar educativamente adolescentes infratores, e a **hipótese** a inviabilidade prática dessa proposta. Queremos mostrar que a tendência maior é os adolescentes deixarem a instituição ainda mais afundados na vida do crime, tanto porque tais instituições e o Estado não têm competência e recursos para dar conta do problema, quanto porque o ECA é, no fundo, proposta assistencialista. Temos, pois, hipótese agressiva que, por isso mesmo, vai exigir

tanto melhor argumentação, seja para não nos confundirmos com a “direita”, que aprecia criminalizar tais adolescentes, seja para não desfazer faces positivas do ECA, como a pretensão de educar, mais do que punir. A seguir, precisamos buscar **fundamentação teórica**, para sustentar essa hipótese. Na variedade possível de procedimentos, sugerimos:

- a. definir *conceitos-chaves*, necessários para o trabalho, tais como: proposta educativa do ECA; cidadania e exclusão dos adolescentes; questionamento do ECA e das instituições; política social alternativa, capaz de proporcionar cidadania, e assim por diante; sobretudo críticas contundentes precisam de clareza conceitual extrema, para não serem tachadas de simples agressão inconseqüente; é preciso rever conceitos que se tornaram comuns, como a idéia corrente de que o ECA seria capaz de mudar a situação dos adolescentes infratores no país; talvez seja mais assistencialista do que se imagina, não compromete o sistema produtivo nunca, não tem recursos definidos (só voluntários) orçamentários;
- b. estudar *bibliografia pertinente*, pelo menos seleção acurada dela, incluindo-se: (i) bibliografia diretamente vinculada ao tema (adolescente infrator, política social ligada ao ECA, educação *versus* criminalização etc.); (ii) bibliografia sobre política social em geral, sobretudo a referência à cidadania e condições de enfrentamento da exclusão social, papel da educação no desenvolvimento etc.; (iii) detém particular interesse procurar bibliografia diretamente centrada, por exemplo, teses de mestrado ou doutorado que se defrontaram exatamente com essa questão, o que recomenda visitar tais entidades e entidades correlatas, para ver se dispõem de tais literaturas;
- c. burilar a *argumentação* considerada central para dar conta da hipótese, expressando, ademais, a originalidade do trabalho; podemos, por exemplo, buscar calçar a idéia de que proposta de política social isolada – mesmo que combinemos fatores sociais como educação e assistência – tende ao assistencialismo dentro do sistema capitalista, ao imaginar que podemos dar conta da exclusão social sem comprometer o sistema produtivo; daí seguiria que as entidades precisam ir muito além de políticas sociais periféricas, incluindo a questão familiar dos adolescentes, emprego e renda familiar, profissionalização etc.

Na parte **metodológica**, destacamos duas faces do desafio, uma voltada para o manuseio de dados empíricos e fatuais, outra voltada para a cientificidade do trabalho. Quanto à *primeira*, trata-se de utilizar dados secundários existentes, nas entidades respectivas ou em outras correlatas (por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ou Secretarias Públicas concernentes poderão ter tais dados, por vezes muito bem organizados). Talvez ocorra que en-

contremos muito mais dados do que supúnhamos, embora seja possível também suceder o contrário: acharmos muitos dados genéricos, mas não voltados para o que queremos ver melhor. De todos os modos, incluímos aqui a produção de dados próprios, o que exige processo organizado, implicando: (i) métodos de coleta de dados – propomos mesclar questionário fechado e aberto, sendo o primeiro para obter dados genéricos dos adolescentes, como algo da história de vida, condições da família, expectativa dentro da instituição e quando sair, e o segundo para estabelecer com número limitado de adolescentes entrevistas de profundidade que permitam chegar ao fundo dos problemas; será ainda importante discutir todas essas delimitações, como tamanho do questionário fechado, roteiro do questionário aberto, que adolescentes selecionar, e assim por diante; (ii) tempo de observação convivencial, digamos de seis meses, durante o qual apanhamos dados diretamente observados tanto dos adolescentes, quanto dos membros da instituição, consolidando a dinâmica diária da vida, à luz da hipótese de trabalho, ou seja, até que ponto as coisas tendem a piorar as oportunidades dos adolescentes. A montagem desse acervo pode incluir também entrevistas gravadas, coleta de material escrito dado aos adolescentes por parte das autoridades, bem como instruções das Secretarias, estatutos e regimentos, e assim por diante.

Quanto à *segunda face*, trata-se de discutir as razões da **cientificidade** dessa pesquisa, de tal sorte que seja possível alicerçar sua credibilidade científica, visível na amarração teórica e conceitual, na qualidade dos dados, no manejo dos paradigmas em uso e a serem revistos, sobretudo na elaboração de sua própria referência. Se a pesquisa pretende ser dialética, deverá dizer de que dialética se trata e como aparece inequivocamente no percurso do trabalho, ainda que seja de modo implícito. Tratando-se de hipótese agressiva, será tanto mais o caso oferecermos fundamentação teórica e metodológica consistente, ainda que sempre discutível. Podemos tentar mostrar, por exemplo, que o ECA, ao contrário do que se espera, é funcionalista, pois, deixando de lado a referência ao sistema produtivo, acaba apenas reinserindo os adolescentes na mesma trama da qual deveriam sair. Ao mesmo tempo, não cabe olhar só para a pobreza material do adolescente, mas sobretudo para sua pobreza política, que exige ataque mais estratégico, orquestrado, sempre incluindo também o desafio da inserção no mercado de trabalho, tendo como referência as contradições do capitalismo que, ao final das contas, emperram toda política social emancipatória.

Tendo percorrido esse caminho, trata-se agora de **realizar a hipótese**, mostrando se sua promessa se mantém, à luz da teoria e da metodologia desenvolvidas. Talvez se torne mais claro que o ECA deu grande passo, mas ainda muito incompleto, porque foi aprovado como espaço extremamente subalterno da política social. É impraticável dar conta de tamanho problema com iniciativas residuais, pífiás, contraditórias ao extremo. Os dados fatuais poderiam ilustrar várias facetas importantes, tais como: despreparo da instituição, ou mesmo desinteresse; condições precárias de trabalho dos técnicos, ou mesmo incompetên-

cia profissional; ambiente profundamente deseducativo, mesclado com assistencialismos desesperados e ingênuos; expectativa totalmente dúbia por parte dos adolescentes, que já percebem a dificuldade extrema de mudar de vida; falta de inclusão das questões familiares, que, se não abordadas adequadamente, não evitam a reincidência. Ao mesmo tempo, podemos averiguar que tais instituições abarcam desafios no fundo impossíveis, condenadas que são a dar conta de problemática candente sem os mínimos meios e condições. Por fim, caberia sugerir alternativas, que possivelmente vão passar pela educação mais acurada dos adolescentes, resgate da capacidade familiar de auto-sustentação e do próprio adolescente, oferta de profissionalização, reforma das instituições, e assim por diante.

Num *segundo momento*, propomos pesquisar a pobreza política de comunidade da periferia participante do programa público da bolsa-escola, supondo que tenha associação de moradores e que essa funcione precariamente. Temos como contexto que tal comunidade, depois de ter participado por três anos do programa bolsa-escola, manifesta ainda cidadania extremamente precária.<sup>1</sup> O **tema** pode ser o desafio da pobreza política em comunidade periférica, e a **hipótese** a dificuldade muito mais complexa de trabalhar essa dimensão com base em políticas públicas, por conta da fácil predominância do assistencialismo. Queremos mostrar que, ao lado de combater a fome, é fundamental combater a ignorância dessas pessoas, pois vivem atreladas a clientelismos persistentes, o que as impede de ver e criar alternativas próprias. Um programa interessante como o da bolsa-escola foi em parte desvirtuado por conta do próprio Estado (desarticulação das Secretarias envolvidas, impasse com os professores nas escolas públicas, gerenciamento precário, ambiente propenso ao assistencialismo), e em parte pela expectativa da população, que prefere ser beneficiária a cidadã.

Quanto à **fundamentação teórica**, passamos por ela rapidamente, porque representa, no fundo, o mesmo desafio de todo trabalho que se queira científico. Conceitos-chaves serão: pobreza política, cidadania, educação, carências material e assistência, emancipação, e a argumentação deverá girar em torno de proposta alternativa de política social, que seja capaz de evitar problemas ocorridos no programa referido. A parceria entre assistência e educação pode ser pertinente e trazer grandes resultados, mas é preciso calibrar a prioridade da educação, se quisermos emancipação, levando ainda em conta os ritmos muito diversos e por vezes contraditórios dos processos: criar beneficiários que dependem dos governantes é fácil, gerar cidadania orientada para a autonomia é coisa lenta, por

1. Temos como pano de fundo o fato ocorrido no Distrito Federal nas eleições de fim de 1998 para Governador. Buarque perdeu para Roriz, por pequena margem de votos. Constatou-se que a maioria das mães que recebiam a bolsa-escola votaram em Roriz, porque o programa não conseguiu desenvolver nas mães a noção de cidadania. Continuaram sendo "beneficiárias" e por isso preferem governador que distribua bens. Ver pesquisa a esse respeito, feita por Nair Bicalho do Departamento de Serviço Social, da UnB.

vezes desesperadamente lenta. Há programas, assim, que cultivam, no fundo, a massa de manobra, e o desafio aqui seria como visualizar programa alternativo que possa motiva processos emancipatórios.

Quanto à **metodologia**, o primeiro desafio é trabalhar base empírica interessante, que possa captar mais que as carências materiais, chegando à pobreza política. Se considerarmos, na reconstrução teórica, que pobreza política tem como um de seus cernes a ignorância historicamente produzida, a pesquisa precisa atingir esse núcleo. Boa idéia poderia ser mesclar uma parte de levantamento empírico mais ou menos tradicional, por meio do qual queremos saber características genéricas da população, como idade, sexo, rendimento, nível educacional, filiação à associação comunitária, visão do governo e do Estado, entendimento do programa, e assim por diante. Selecionamos amostra razoável – tratando-se de comunidade relativamente pequena, é mais fácil, ou podemos restringir-nos às pessoas filiadas à associação – e aplicamos questionário fechado, ou tendencialmente fechado. Com isso delimitamos o universo da pesquisa mais claramente: não se trata de qualquer pobre, mas dos pobres que participaram do programa e fazem parte da associação. Poderíamos aduzir a justificativa de que tais pobres poderiam já sofrer de pobreza política menos grave, por conta de sua história de vida, porque participaram de programa educativo público e estão associados.

Passo seguinte é conceber instrumento de coleta de dados qualitativos, tendo como objetivo capturar pobreza política. Valeria a pena distinguir dois lances:

- a. montar roteiro de perguntas em profundidade para aplicar em algumas pessoas, digamos, 10 que freqüentam a associação, e 10 que estão filiadas mas não freqüentam; com isso, podemos fazer comparação interessante, a fim de perceber se é possível dizer qual a diferença entre freqüentar e não freqüentar; podemos também descobrir nas entrevistas que pessoas freqüentadoras apenas estão presentes, mas na verdade não participam, pois não revelam “militância” convincente; podemos também descobrir que entre as não freqüentadoras, ao lado das relapsas, há as que não participam mais porque se sentem manipuladas pela direção da associação; estão mais de “greve” do que ausentes propriamente;
- b. observar o funcionamento da associação por quatro meses, com o objetivo de averiguar até que ponto é democrática, se os líderes são legítimos e representativos, se as assembleias são participativas de verdade, se a associação tem peso na comunidade e consegue fazer frente de luta; essa observação pode ser enriquecida com a coleta informal de depoimentos da comunidade sobre a associação e seus líderes, o que poderia melhorar um pouco a avaliação de sua real efetividade política; faz parte do processo conversar repetidamente com os associados, não só ficar “observando” de longe.

Para montar o roteiro do questionário aberto, podemos sugerir: (i) inquirir sobre possível tendência assistencialista dos associados e líderes – por exemplo, presença excessiva da expectativa de ajuda pública, valorização dos governantes pela óptica da ajuda, idéia de que a associação é lugar para receber assistência, não tanto para exercer cidadania; (ii) desvendar o entendimento de direito e cidadania – até que ponto as pessoas têm consciência suficiente e crítica de que são portadoras de direitos e o que isso significa na prática da vida, até que ponto entendem pobreza como algo injusto, causado, imposto, até que ponto mostram-se conformados com o destino e se sentem entregues ao desígnio do Estado ou governo; (iii) precisar o papel da associação como palco da cidadania organizada – até que ponto isso funciona, por que muita gente não participa, por que outros participam, o que é participar em assembleia e fora dela, testar a militância dos membros, sua capacidade de elaborar projeto próprio e de lutar por ele; (iv) sopesa a avaliação dos associados em face do programa bolsa-escola, para sentir se são capazes de discernir efeitos assistencialistas dos objetivos educacionais colimados – o que pensam da educação dos filhos, o que esta poderia trazer-lhes de importante, se atinam com a gravidade da situação de precariedade educacional dos filhos, por que o programa funcionou mal ou não teria atingido as metas; (v) testar se são capazes de propor soluções próprias em sentido emancipatório – até que ponto atribuem ao poder público e aos governantes a tarefa de resolver os problemas comunitários, até que ponto sabem distinguir entre o que o Estado lhes deve e o que a própria comunidade precisa saber resolver por si, até que ponto são descrentes de qualquer solução mais profunda, até que ponto saberiam exercer controle democrático sobre o Estado e o governo.

Com isso, teríamos formatado cinco blocos de questões que seriam ventiladas em profundidade com o universo das 20 pessoas selecionadas. De um lado, é importante que esses cinco núdulos sejam sempre os mesmos. De outro, não é menos importante que exista liberdade de tempo e lugar para fazer as conversas (anotadas ou gravadas), ou mesmo se possa em cada sessão tratar de um ponto apenas. Ao pesquisador cabe decidir se os diálogos obtiveram o objetivo, não no sentido de dizerem o que se espera, mas no sentido de dar conta da tarefa. Frequentemente, o pesquisador recorrerá ao questionamento dos entrevistados, colocando em xeque suas expressões, sobretudo quando se trata de filigranas qualitativas, como é saber se a pessoa é militante mesmo ou não. Nesse sentido, o diálogo pode – deve – ser repetido tantas vezes quantas forem necessárias, tendo como justificativa metodológica, entre outras, a *standpoint epistemology*. Nem sempre é fácil captar a inconsciência das pessoas por meio de suas expressões conscientes. Por exemplo, podem falar alegremente de direitos, porque ouviram isso na campanha política, mas, olhando a fundo, não possuem idéia minimamente sólida a respeito. Nesse caso, é mister perscrutar os vazios da fala, a tagarelice descontraída, as irritações de quem fala, o caráter vago das alegações, a insegurança no que se diz. Dispensado dizer que o pesquisador deverá, de certa forma, conviver com a comunidade, buscando sua confiança, o que exige, por outro lado, que os dados

sejam devolvidos em tempo. Disso não precisa seguir que o pesquisador deva assumir o projeto político-ideológico da comunidade ou fazer parte dele. Eticamente, talvez fosse consequência desejável, mas na prática nem todos ou a maioria não estaria disposta a ir tão longe.

Estamos supondo, então, que cumprindo essas etapas, podemos **realizar a hipótese** inicial, indicando que a pobreza política é mais grave que a material, porque compromete tanto mais a cidadania, à medida que o sujeito capaz de sua autonomia é reprimido ou abafado pela via das assistências duvidosas. Talvez, seja o caso de concluir que programas como a bolsa-escola precisam de muito maior tempo de maturação, além de outros cuidados gerenciais. Sobretudo, seremos possivelmente levados a crer que é tarefa em si contraditória esperar que os governos ponham em prática programas que tenham como um dos efeitos o controle democrático. Assistencialismo dá muito mais lucro politiquês.

#### 4 ENSAIO

Entendemos por ensaio propostas com alguma pretensão científica, dentro de certo raio de liberdade de expressão. No fundo, trata-se de **opinião bem argumentada**. Pode ser menos formal, ritual, mas sem dispensar o cuidado com a argumentação. Há inúmeros exemplos disso, sobretudo na imprensa que geralmente usa ciência por meio de ensaios. O grande público não suportaria ler *papers* mais quadrados, por dois motivos: são pesados para ler, e muitos não entenderiam. Alguns jornais incluem editoriais e comunicações de pessoas de renome, algumas das quais reconhecidamente com qualidades científicas. Podemos encontrar textos de *Habermas, Kurz, Prigogine, Chauí* e outros. É preciso, porém, reconhecer também que a imprensa facilmente trivializa os ensaios, tanto que, para muitos, “linguagem jornalística” significa tendencialmente linguagem não científica, porque interessada em agradar o público, mais do que argumentar.

Discutimos freqüentemente se tese de pós-graduação poderia ser ensaio. Tendemos a não aceitar, porque há diferença notável entre hipótese e opinião. A hipótese é vista como proposta de pretensão sistemática e porta de entrada típica para questionamento científico, enquanto opinião pode ser, a rigor, sobre qualquer coisa. É claro que, se exigirmos alguma fundamentação para a opinião, esta já se restringe aos tópicos para os quais podemos argumentar. No ensaio, por outra, o “argumento de autoridade” é bem mais visível, até porque esperamos que somente figuras comprovadas “se metam” a fazer ensaios. Um aluno de pós-graduação não estaria ainda “maduro” para fazer ensaio. O risco está em exagerar na opinião, esquecendo a argumentação. Facilmente, recaímos na “filosofada”. Contudo, se bem feito, pode expressar:

- a. exploração preliminar de certo tema, para arrumar algumas idéias em torno dele;

- b. exposição de idéia e seu contexto de argumentação; é comum, por exemplo, em autores que publicaram livro e fazem texto sobre ele;
- c. manuseio incipiente de dados interessantes que poderiam ter significado analítico importante;
- d. comunicação de proposições com alguma sistematicidade; por exemplo, *paper* sobre significados centrais do “pós-modernismo”;
- e. questionamento inicial de alguma idéia, modismo, ou novidade; por exemplo, da proposta de combate à pobreza do PFL, do “controle externo do Judiciário”, do abuso da avaliação pelo MEC etc.;
- f. proposta polêmica (ou manutenção de polêmica) sobre certo assunto que mereça abordagem mais criteriosa; por exemplo, *paper* a favor e *paper* contra a autonomia universitária, rodada de *papers* a favor ou contra a clonagem humana, série de *papers* de um ou mais autores sobre o Mercosul.

Não obstante a liberdade maior que o ensaio implica, para ser considerado minimamente científico precisa incluir, mais ou menos, os passos lógicos descritos: ter tema claro sobre o qual se expressa a opinião, alguma fundamentação científica que permita questionamento sustentável, por vezes também uso de dados ilustrativos, e a realização da proposta. Critério fundamental será não exarar a opinião como questão particular, subjetiva apenas, porque isso não permitiria questionamento adequado. Todo ensaio, por natureza, dedica-se a explorar assuntos abertamente, e isso se faz melhor tratando-o bem. Para que algo seja tanto mais discutível, precisa sobretudo ser bem feito. “Ser bem feito” inclui, como regra, capacidade reconhecida de escrever bem. É nesse sentido também que ensaio geralmente significa já certo prêmio pelo reconhecimento vigente: pedimos ensaios de figuras que já sabemos serem capazes de os fazer e de escrever bem.

Por sua tendencial brevidade, o ensaio equivoca-se completamente quando permanece apenas em “considerações gerais”, “reflexões frouxas”, “achegas que não chegam”. Sobretudo quando publicados na imprensa, além de tratarem de coisas momentosas, precisam ir ao ponto de imediato e “resolver” a proposta. Se bem feito, o ensaio acaba sendo arte de primeira linha para a comunicação científica.